

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0485-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.859221309>

1. Educação. 2. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: Currículo, Políticas e Práticas”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de pós-pandemia.

O período pandêmico, como destacou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada das atividades presencialmente, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade. Não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além de formar os sujeitos para “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves.

Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e formativa leitura!







Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS


CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS MELHORES UNIVERSIDADES DO BRASIL	
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213091	
CAPÍTULO 2	26
(RE)CONHECIMENTO DE LEITURAS VIVENCIADAS POR GRADUANDAS DO CURSO DE PEDAGOGIA	
Maria Betanea Platzer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213092	
CAPÍTULO 3	31
A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	
Cristina Fátima Pires Ávila Santana	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213093	
CAPÍTULO 4	44
A COLONIALIDADE DO SABER NO ENSINO DE FILOSOFIA: A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO CURRÍCULO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
José Eduardo Martins	
Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213094	
CAPÍTULO 5	56
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOURADOS-MS	
Izabel Ferreira Santana	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213095	
CAPÍTULO 6	68
A LEITURA DE GÊNEROS DISCURSIVOS – PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO EDUCANDO	
Marilza Borges Arantes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213096	
CAPÍTULO 7	75
A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Clayde Aparecida Belo da Silva	
Sirlene de Oliveira Mario Inacio	
Soila Maria Francisco Belo Ramos	


Sara Neves Ribeiro
Conceição Aparecida Francisco Belo Dias
Fernanda Luciano Fernandes
Keila Cristina Belo da Silva Oliveira
Maria Gabriela do Carmo Sobrosa
André Silveira do Amaral
Brunela Lima Borges
Henrique Freire Simmer
Rianne Freciano de Souza Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213097>

CAPÍTULO 8..... 86

A HETEROBIOGRAFIA COMO CAMINHO PARA A (AUTO) FORMAÇÃO: AS HISTÓRIAS DE VIDA E A REFLEXIVIDADE BIOGRÁFICA


Élica Luiza Paiva
Nínive Alves Lacerda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213098>

CAPÍTULO 9..... 96

A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES NA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS CENTRADOS NOS ESTUDANTES NUMA INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM QUELIMANE


Rude José Lopes Matinada
Aderito Barbosa
Gaspar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213099>

CAPÍTULO 10..... 109

A TECNOLOGIA COMPUTACIONAL A SERVIÇO DO ENSINO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REMOTO


Beatriz Goudard
Cléia Demétrio Pereira
Alfredo Balduino Santos
Tiago Luiz Schmitz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130910>

CAPÍTULO 11..... 124

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO GOOGLE CLASSROOM NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO PERÍODO PANDÊMICO


Roseli de Barros Andreilino







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130911>


CAPÍTULO 12..... 138

ALGUMAS RELEXÕES ACERCA DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jonatan Miotto
Gladys Denise Wielewski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130912>

CAPÍTULO 13.....	144
AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE DE DESENHAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	
Isabelle Cerqueira Sousa	
Cintia da Silva Soares	
Tatiânia Lima da Costa	
Raimunda Cid Timbó	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130913	
CAPÍTULO 14.....	154
AS CONTRIBUIÇÕES DOS FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Fabiana Mazzaro Martins Lerosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130914	
CAPÍTULO 15.....	164
AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DO ENSINO HÍBRIDO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria Lucia Morrone	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130915	
CAPÍTULO 16.....	175
CAPACITAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Wanderlice da Silva Assis	
Jaziel Vasconcelos Dorneles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130916	
CAPÍTULO 17.....	187
CLUBE DE BIOMIMÉTICA NA ESCOLA: CONSTRUINDO E DIVULGANDO SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS COTIDIANOS	
Alexandre de Oliveira Rizzo	
Waldiney Mello	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130917	
CAPÍTULO 18.....	198
CONCEPÇÕES DE <i>FEEDBACK</i> E SUA IMPORTÂNCIA COMO UMA METODOLOGIA POSITIVA DE APRENDIZAGEM	
Janaína Borges de Azevedo França	
Maria Luiza Batista Bretas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130918	
CAPÍTULO 19.....	210
DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO MERCADO DO TRABALHO – UM ESTUDO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ	
Taciana Cordazzo	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130919>

CAPÍTULO 20..... 223


DIAGNÓSTICO DAS INTERAÇÕES DIGITAIS E AS POSSIBILIDADES DAS TDICS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO DOS DISCENTES DO 3º ANO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – IFPB CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO

George de Paiva Farias

Renata Gomes Cavalcanti

Alexsandra Cristina Chaves

Jailson Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130920>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 239

ÍNDICE REMISSIVO..... 240

CAPÍTULO 5

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOURADOS-MS

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 23/07/2022

Izabel Ferreira Santana

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(UEMS)

Dourados – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/6321626710837686>

Elis Regina dos Santos Viegas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(UEMS)

Dourados – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7114412735990678>

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar o espaço destinado a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) da Rede Municipal de Ensino (REME) Pública de Dourados-MS. A opção metodológica adotada ampara-se na abordagem qualitativa, pautada pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo como campo empírico três escolas pertencentes a REME. Debruça-se sobre os PPPs das unidades escolares que ofertam a modalidade da EJA na etapa do ensino fundamental. Busca-se apreender nesse contexto como as concepções de educação e EJA articulam-se a proposta pedagógica de cada escola. Os resultados da investigação revelam que a EJA está, gradativamente, ocupando um espaço de maior reflexão nos PPPs das escolas municipais de Dourados, porém, ainda se deve transpor a lacuna da não contemplação

das particularidades da EJA nos documentos e diretrizes educacionais, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dessa forma, compreende-se que para que a EJA seja efetivada como uma modalidade que objetiva a equidade de oportunidades e redução da exclusão social, seu ensino deve ser pautado na realidade social e cultural dos alunos, considerando seus conhecimentos prévios e as particularidades de suas necessidades educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Projeto Político-Pedagógico. Escolas Municipais.

THE EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS IN THE POLITICAL-PEDAGOGIC PROJECTS OF THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF DOURADOS-MS

ABSTRACT: The present work aims to analyze the space destined to Youth and Adult Education (EJA) in the Political-Pedagogical Projects (PPP) of the Municipal Public Education Network (REME) of Dourados-MS. The methodological option adopted is supported by a qualitative approach, guided by bibliographic and documental research, having as empirical field three schools belonging to REME. It focuses on the PPPs of the school units that offer the EJA modality in the elementary school stage. In this context, we seek to apprehend how the concepts of education and EJA articulate the pedagogical proposal of each school. The results of the investigation reveal that the EJA is gradually occupying a space of greater reflection in the PPPs of the municipal schools of Dourados, however, the gap of not contemplating

the particularities of the EJA in the documents and educational guidelines, such as the National Curricular Common Base (BNCC). In this way, it is understood that for EJA to be effective as a modality that aims at equity of opportunities and reduction of social exclusion, its teaching must be guided by the social and cultural reality of students, considering their previous knowledge and the particularities of their educational needs.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Political-Pedagogical Project. Municipal Schools.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ofertada para atender pessoas que não concluíram o período de escolarização em idade apropriada. Santos, Pereira e Amorim (2018) afirmam que a EJA se mostra desafiadora a partir do acolhimento de adultos, considerando suas diversidades e peculiaridades. Assim, se apresenta como uma modalidade de ensino marcada por nuances históricas, econômicas, etárias e socioculturais, mas também de luta.

O reconhecimento dos sujeitos da EJA como produtores de conhecimento e com necessidades pedagógicas específicas que se diferem do contexto tradicional do ensino básico em tempo regular, se faz necessário para que se possa propor um atendimento educacional de qualidade, garantindo, assim, o direito fundamental da educação para todos, independente de sua faixa etária, que se faz garantido desde a Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o espaço destinado a modalidade da EJA nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) da Rede Municipal de Ensino (REME) Pública de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS). E, como objetivos específicos: identificar e analisar a legislação que orienta tal modalidade; situar o PPP como documento de materialização da participação e discussão coletiva e; analisar as concepções assumidas em relação a EJA nas escolas da amostra.

A observância da diversificação profissional docente em relação as diferentes práticas adotadas, provocou diferentes questionamentos, como: qual o espaço da EJA na escola contemporânea? Quais os documentos norteadores do trabalho para este público? Existe uma discussão sobre as especificidades desta modalidade na escola?

Como delineamento metodológico, para a realização da pesquisa foi utilizado o procedimento da revisão bibliográfica e documental, dentro da abordagem qualitativa. Além da pesquisa de campo junto a três escolas municipais de Dourados-MS, em consulta aos seus PPPs.

No primeiro tópico, discute-se a legislação acerca da EJA, no que se refere os sujeitos da EJA e as características pedagógicas dessa modalidade de ensino. No segundo tópico analisa-se qual a função do PPP nas escolas da amostra e como este pode favorecer a otimização da qualidade do ensino, em particular da EJA, objeto de estudo do trabalho. No terceiro tópico discute-se o espaço da EJA a partir da análise de três PPPs de escolas municipais douradenses.

21 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFERENCIAL TEÓRICO-NORMATIVO

A partir das campanhas de alfabetização realizadas pelo governo brasileiro nas décadas de 1940 e 1950 é que a EJA passou a ser vista como uma importante iniciativa para a superação do analfabetismo entre adultos. Freire e Carneiro (2016) explica que o educador Paulo Freire, em suas rodas de leitura e reflexão sobre alfabetização de adultos revelou que o aprendizado era possível em qualquer idade, que representava um poderoso instrumento de emancipação e participação social.

Sendo assim, a partir dos anos de 1970 diversos segmentos populares enfatizaram os programas de alfabetização de adultos, a exemplo do notório Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o ensino supletivo e a Fundação Educar (FREIRE; CARNEIRO 2016).

Porém, somente com a CF de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, é que a EJA encontrou seu lugar na legislação brasileira como um direito fundamental de educação para todos. A LDB de 1996, em seu art.37, afirma que esta modalidade de ensino, é destinada as pessoas que não completaram a educação básica na idade adequada. Ademais, o mesmo documento afirma que as práticas pedagógicas devem considerar as particularidades do público-alvo (BRASIL, 1996).

Segue nesta perspectiva, o Parecer CNB/CEB nº 11 de 2000, tal documento traz que a EJA perpassa pelo caráter de garantia ao acesso educacional, para configurar-se como um caminho de formação ao longo da vida do indivíduo (BRASIL, 2000). Do mesmo ano, cita-se a Resolução nº 1 CNE/CEB, que traça diretrizes para a composição curricular da EJA dando autonomia para que cada sistema de ensino defina sua estrutura e duração.

Nesse caminhar muitos foram os programas desenvolvidos para fomentar esta modalidade, como o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840 de 2006 e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), criado pela Lei nº 11.692 de 2008.

Depois de dois anos, cita-se a Resolução CNE/CEB nº 2 de 2010, que estabelece novas diretrizes para a oferta da EJA para os sujeitos privados de liberdade, bem como a Resolução CNE/CEB nº 3 de 2016, que delimita as condições para a educação de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas (BRASIL, 2016).

Mais adiante, em 2014 foi aprovado, por intermédio da Lei nº 13.005 do mesmo ano, o Plano Nacional de Educação (PNE), em sua Meta 10, estabelece que as matrículas para a Educação de Jovens e Adultos integrada ao ensino profissional sejam de, ao menos 25%. Entende-se, dessa forma, que a intencionalidade da EJA é a inserção do sujeito no mercado de trabalho.

Já em 2017, tem-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estipulou

habilidades e competências específicas que devem ser trabalhadas na educação básica, bem como, a Lei nº 13.415 de 2017 que altera a composição curricular do ensino médio, estipulando a ideia de “itinerários formativos” conforme determinações da BNCC. Dessa forma, deve-se pensar a EJA a partir dos novos marcos legais para a educação nacional.

No ano de 2018, a Lei nº 13.632 (re)afirmou que a EJA se configura como uma modalidade de aprendizagem ao longo da vida, destinada a todos os sujeitos que não tiveram acesso ao ensino fundamental e média na idade apropriada, alterando o artigo 37 da LDB/1996 (BRASIL, 2018). É a partir desta afirmação que se revela a complexidade da EJA e a necessidade de se pensar em métodos que contemplem todos os sujeitos que estão envolvidos na modalidade.

No ano seguinte (2019), institui-se a Política Nacional de Alfabetização (PNA), Decreto nº 9.765, conduzida pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF). Tal PNA tem por objetivo aumentar a qualidade do ensino ofertado na rede básica de ensino como forma de combater o analfabetismo. Entre os artigos 6º e 7º nota-se que, dentre outras demandas da educação básica, jovens e adultos também são públicos prioritários.

Contudo, os novos documentos reconfiguram a estrutura da EJA, organizada inicialmente de modo presencial, mas, atualmente, considerada na sua grade curricular medidas/aulas na modalidade da educação à distância (EaD), para fins de realização em cursos em que a EJA seja ofertada concomitante a educação técnica profissional. Todavia, há uma “garantia” de ensino presencial, para os casos em que as pessoas que não completaram os anos iniciais do ensino fundamental, por ser fase de alfabetização (BRASIL, 2020).

As orientações do MEC sinalizam que a EJA na estrutura da EaD atende o público que está concluindo os anos finais do ensino fundamental, como também o formato integrado ao ensino profissionalizante (ensino médio), abrangendo a formação básica junto a itinerários formativos e ensino profissionalizante, prevendo a necessidade de haver contextualização com a realidade dos estudantes, para que o ensino seja significativo.

Por fim, o mesmo documento, a EJA como “educação e aprendizagem ao longo da vida” é ofertada no contexto da educação inclusiva, utilizando de métodos que contemplem as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos, configurando-se em um meio de dar oportunidade de aprendizagens informais e formais, valorizando os sujeitos envolvidos a partir de sua realidade cultural e social.

2.1 Os sujeitos da EJA

Na história da educação no Brasil, identifica-se o modelo cartilhado que sobreviveu durante décadas na estrutura escolar brasileira, mas que se mostrou ineficaz no combate ao analfabetismo, na formação do sujeito para a cidadania e o mercado de trabalho, dessa forma nos anos de 1990 iniciaram-se as discussões acerca da pedagogia construtivista

objetivando a construção do conhecimento pelo aluno. A partir disso foi feita a valorização da educação focada no aluno, em que os aspectos históricos, culturais e sociais importam na construção dos saberes (LEITE; GAZOLI, 2012).

Os sujeitos da EJA são caracterizados em sua grande maioria no Brasil, como indivíduos que não tiveram seus direitos constitucionais preservados, pois foram de alguma forma prejudicados no processo de ingresso e permanência na educação básica regular. Um fato notável em relação a esse público é a variedade de experiências de vida para além da escola, mas também sobre ela (SILVA, 2017).

Esses sujeitos tiveram seu processo escolar interrompido por diversos fatores: condições de permanência, necessidade de trabalhar para fins de contribuição no sustento familiar, desconhecimento, falta de motivação interna e externa a escola e familiar etc. (SILVA, 2017).

Para tanto, compreende-se que a EJA tem um papel de extrema importância na vida desses sujeitos, sendo promotora das condições para o acesso ao exercício pleno da cidadania.

Cortana (2013, p. 23), afirma que: “a falta de conhecimento nos encaminha a cegueira e esta, por sua vez, deseduca”. Em complementação, cita-se Silva (2017, p. 23), que aponta:

É importante que qualquer modalidade de ensino conheça o perfil dos seus alunos para ter condições de ofertar uma educação voltada a realidade daqueles sujeitos, considerando que a escola não é o único espaço de aprendizagem, os espaços formativos são diversos, uma vez que a formação informal se dá nos mais variados espaços (família, igreja, associações, sindicatos de bairros, entre outras), os jovens, adultos e idosos em sua maioria participam desses espaços construindo saberes e aprendizados que vão além do espaço escolar

A EJA, dessa forma, representa para os sujeitos envolvidos uma oportunidade de exercer sua cidadania de forma plena e para as questões públicas, uma ferramenta para amenizar os problemas de ordem social do Brasil. A EJA é socialmente conhecida como a educação para os marginalizados, para os excluídos e como um programa de assistencialismo para as pessoas carentes.

A Silva (2017) ainda afirma que, os sujeitos da EJA variam entre homens e mulheres que foram privados de cultura letrada, situados em periferias, áreas rurais, comunidades quilombolas e ribeirinhas, situados na faixa etária média de 20 a 65 anos, sendo filhos, pais e avós, marginalizados socioeconomicamente, possuem ocupações não qualificadas, carregando assim, o histórico da exclusão social.

Sobre isso, Nepomuceno (2018), explica que os atores escolares devem conhecer os indivíduos discentes e ponderar que não se deve tratar o adulto como criança, tendo sempre em mente que o sucesso da aprendizagem vem entrelaçado aos conhecimentos prévios da história de vida, do contexto sociocultural, econômico e a aplicação prática do

conhecimento adquirido no cotidiano.

Tal aspectos evidenciam a necessidade de um olhar diferenciado sobre as práticas pedagógicas, pois as pessoas que estão inseridas nessa modalidade educacional têm necessidades específicas de aprendizado, que correspondem a uma demanda diferente do ensino regular, de metodologias que cumpram com a finalidade do ensino e da aprendizagem.

Diversas são as dificuldades que a EJA enfrenta diante dos sujeitos de aprendizagem, uma delas é referente ao período de aulas, pois se for a noite, terá de superar a barreira do cansaço físico para aqueles alunos que trabalham, se as salas de aulas são multisseriadas os docentes encontrarão dificuldades de conduzir o aprendizado de forma equitativa para tantas gerações diferentes (NEPOMUCENO, 2018).

A autora indica outros aspectos, também, devem ser considerados, como as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos sujeitos da EJA, que podem não ter motivação interna, sendo de ordem psíquica, social ou emocional, ou externa advindas da dificuldade de adaptação com o ambiente, com horários de aula, com as metodologias aplicadas pelo docente etc.

Silva (2017) afirma que é considerando os fatores inerentes às características econômicas e socioculturais dos sujeitos da EJA, com base na história e contexto do território onde a escola está inserida, é que a equipe dos profissionais da educação irá elaborar práticas pedagógicas que efetivarão o processo de ensino-aprendizado.

3 | O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ESPAÇO COLETIVO

A LDB de 1996, determina que todas as escolas deverão elaborar o PPP, compreendido como um documento que contém todas as características administrativas, estruturais, culturais e sociais da escola, seu funcionamento e atendimento a pais e alunos, e objetivos para o ensino e formação docente e discente (SANTOS, 2013).

Nota-se que tal documento é o mapeamento de todo o funcionamento e objetivos da escola, sendo ponto central para a promoção de inovações e reflexão na/da prática pedagógica, pois se constitui em uma ferramenta de planejamento.

Nesse sentido, Trindade et al. (2015) classificam tal projeto como uma sistematização global do funcionamento e de práticas da escola, sendo resultado de um planejamento colaborativo entre os diversos atores envolvidos no processo educacional, porém, não definitivo, moldado conforme as experiências do espaço o qual se destina. O PPP, assim, é uma ferramenta teórico-pedagógica de gestão e de práticas pedagógicas que integram a organização e concretização das atividades educativas objetivando alavancar a qualidade dos processos escolares.

Cabe ressaltar que o PPP deve partir de uma construção coletiva baseada nas demandas reais da comunidade em que a escola se insere. Dessa forma, torna-se uma

experiência de participação democrática promovendo reflexões constantes sobre os desafios a serem superados e as possibilidades para tanto. Trindade et al. (2015) afirmam que a importância do PPP está em sua participação coletiva que constrói a identidade da escola, norteia suas ações e promove o diálogo e conciliação de diversos interesses expressos pela comunidade escolar.

Para Ficagna (2009) o PPP não deve se tornar um documento “engavetado”, mas sim, abrir caminhos para que sejam concretizados o que determina os artigos 12, 13 e 14 da LDB (1996). Em resumo, o PPP deve realizar a organização administrativa, estrutural e de funcionamento, promover meios para a recuperação do baixo rendimento escolar demonstrados por alunos, incluir a família no planejamento administrativo e pedagógico, incluir os docentes para a construção do PPP e dos objetivos e caminhos pedagógicos, além de promover o diálogo entre a gestão, docência e comunidade escolar.

Ficagna (2009) esclarece, ainda, que o objetivo maior da escola é melhorar a qualidade da educação pública para que seja possível a formação de indivíduos aptos para o exercício da cidadania e inserção no mercado de trabalho. Daí se tem a importância do PPP como construtor de diretrizes, objetivos que unem as determinações legais do sistema educacional brasileiro e as interliga aos anseios da comunidade escolar.

O PPP envolve os diversos atores e interesses que convivem no cotidiano escolar em busca de melhores propostas e inovações no ensino, sempre em busca da otimização do modo em que os alunos aprendem e a garantia das funções sociais da escola (SANTOS 2013). Compreende-se, assim, que a importância do PPP para a rede pública de ensino, está em promover um mapeamento das características da escola junto aos seus objetivos, possibilitando avaliações das demandas educacionais para que sejam realizados planejamentos de ações futuras com base na realidade e no histórico da escola.

Na direção de atender os objetivos traçados no presente estudo, no próximo item, serão consideradas as análises documentais dos PPPs das escolas da amostra¹.

4 | ANÁLISE E RESULTADOS

A Escola 1 traz no seu PPP como valor o respeito a diversidade e a gestão participativa, envolvendo toda a comunidade escolar nas decisões e na construção de uma formação cidadã, crítica e participativa para que o aluno possa atuar para a consolidação de uma sociedade pautada nos princípios da justiça social. Para os princípios avaliativos, tal escola acredita na eficácia da avaliação diagnóstica, que ocorre durante todo o ano letivo, objetivando identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Ademais, é realizada a avaliação contínua e processual durante o ciclo escolar, verificando o progresso da aprendizagem, além de utilizar critérios como o interesse, a participação e a motivação do aluno.

¹ As escolas da amostra são identificadas como: Escola 1, Escola 2 e Escola 3.

No que se refere o foco deste estudo, a EJA segue os mesmos preceitos de aprendizagem e avaliação previstos para as outras etapas de ensino. Não ocupando um espaço específico que contemple suas peculiaridades educativas e sociais.

Já a Escola 2 demonstra que a visão da escola referente a EJA é de uma modalidade de ensino que requer atenção particular. A escola reconhece em seu documento que há particularidades no alunado que os diferem das demais etapas e que demanda um olhar atento e inovador para o ensino.

Os métodos pedagógicos de aprendizagem são pensados para atender as necessidades de cada turma, ficando a cargo do professor a reflexão de sua prática e a identificação das peculiaridades da turma. A avaliação é feita de forma progressiva e contínua, com a mesma previsão de processo para todas as etapas do ensino ofertado pela escola.

A escola designa alguns objetivos e atenção especial para a EJA, como: contemplar uma educação que seja significativa para os alunos para que esses possam ampliar seus espaços de conquista na sociedade; valorizar da bagagem cultural do aluno; combater fatores facilitadores da evasão e reprovação escolar; prestar assistência aos alunos para que haja uma otimização na qualidade do ensino; desenvolver habilidades de leitura, escrita e cálculo; adquirir conhecimentos que priorizem a formação de valores para a atuação em sociedade; trabalhar para a formação cidadã pautada na reflexão crítica e valorização da diversidade; desenvolver consciência sustentável.

Por fim, o PPP da Escola 3 dedica partes exclusivas de seu documento contemplando as peculiaridades da EJA e de seus sujeitos, destacando que, segundo os documentos oficiais, a EJA se configura como uma etapa do Ensino Básico nas modalidades fundamental e média, que deve ser contemplada a partir da bagagem cultural de seus sujeitos. Dessa forma, o ensino na EJA deve ocorrer a partir das próprias turmas de educandos integrando-se as diretrizes curriculares e objetivos de formação estipulados para a educação nacional.

A Escola 3 ressalta que, um dos problemas atuais da EJA é a excessiva carga horária/dia, o que compromete o interesse e desempenho dos alunos, dessa forma, destaca que, para que seja realizada uma aprendizagem significativa e se reduza a evasão, é necessário: organizar o currículo de forma a contemplar as aprendizagens comuns, tornando-o flexível e interessante; criação de espaço para o acompanhamento individual para a identificação e superação das dificuldades de aprendizagem; inclusão de aprendizagens em espaços não-escolares; permanente motivação e orientação dos alunos e atenção as potencialidades coletivas e individuais durante o processo formativo.

Como objetivos para a EJA, a Escola 3 prevê: propiciar uma pedagogia que considere o significado das aprendizagens para os alunos; promover suporte e atenção individual aos alunos; oportunizar experiências culturais e sociais que enriqueçam o aprendizado; promover formação continuada para educadores e; valorizar o protagonismo do educando da EJA na realização de projetos interdisciplinares.

No que diz respeito a análise geral dos PPPs das escolas da amostra, constata-se que a EJA apresenta inúmeras particularidades que necessitam ser problematizadas para a construção do currículo e prática pedagógica adequada para atender as necessidades de aprendizagens dos educandos, contudo, essa contemplação, ainda se mostra insatisfatória nas bases documentais da Educação Nacional (CATELLI JUNIOR, 2019).

Sendo a EJA uma modalidade que objetiva garantir o acesso e a permanência da população, que está fora do grupo etário prioritário, nos bancos escolares, deve-se compreender que a ausência de discussões em documentos como a BNCC desprivilegia a importância da EJA e retira-lhe as peculiaridades a serem contempladas na organização curricular (CATELLI JUNIOR, 2019).

Santos e Pereira (2017) afirmam que o currículo da EJA deve contemplar as especificidades da modalidade, sendo assim, a ausência da EJA na BNCC faz com que a modalidade apenas contemple uma formação mecânica pautada na inserção no mercado de trabalho, não proporcionando, assim, uma totalidade formativa necessária para que o sujeito exerça uma reflexão crítica do mundo e uma plena participação cidadã.

Diante de novas demandas sociais por aprendizagens em um mercado de trabalho cada vez mais complexo e competitivo, as oportunidades para as pessoas com nenhuma ou pouca escolaridade mostram-se cada vez mais limitadas e reduzidas, é necessário, além dos conhecimentos técnicos da profissão, desenvolver competências que permita o indivíduo agir com flexibilidade e atuação participativa em uma sociedade globalizada em intensa dinâmica de transformações (SANTOS; PEREIRA, 2017).

As teorias pedagógicas, que vem associadas as práticas de ensino, exercem papel importante no processo ensino-aprendizagem. Falar em prática pedagógica é pensar num cenário que envolve os sujeitos, o objeto de conhecimento e a relação entre eles (BARRETA; SILVA; MONTEIRO JUNIOR, 2019).

Observa-se que na relação teoria e prática, é necessário a capacidade de gerir metodologias pedagógicas que visem o aprendizado efetivo, habilidades de avaliação e desenvolvimento pleno das metas previstas no currículo. Além do comprometimento profissional, construção de valores democráticos junto à escola e semear o valor de que “todos podem aprender” (FREIRE, 1996, p.74).

Assim, escola e professores precisam reconhecer os sujeitos em suas vivências, cultura e realidade social, no sentido de buscar desenvolvimento e aprendizagens.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho descreveu e analisou o espaço destinado a modalidade da EJA nos PPPs da REME de Dourados-MS; além de buscar identificar a legislação que orienta tal modalidade; situando o PPP como documento de materialização da participação e discussão coletiva; por fim analisando as concepções assumidas em relação a EJA.

Também foi possível a partir do estudo apreender de forma geral sobre o perfil dos sujeitos da EJA: pessoas em situação histórica de vulnerabilidade quanto o acesso e permanência no ensino básico regular, o que resulta na exclusão social, cultural, política, econômica, profissional na sociedade contemporânea.

Na atualidade, pode-se identificar que EJA, junto a outras modalidades e etapas da educação básica tem sido submetida aos princípios estabelecidos pela BNCC, porém, como constatado a partir da revisão teórica, tal documento não contempla as peculiaridades do público em tela, deixando a desejar na proposição de uma estrutura curricular específica.

Dos três PPPs analisados, foi possível constatar que duas escolas contemplam a EJA de forma específica em seu PPP, compreendendo que a modalidade de ensino exige um olhar específico para a organização curricular e ação pedagógica.

Por fim, conclui-se que o formato educacional destinado a jovens e adultos, deve buscar desenvolvimento e aprendizagens significativas, diferente das metodologias aplicadas no ensino regular. O grupo etário mais maduro necessita de um trabalho pedagógico que busque maior envolvimento de seus alunos, em termos de reconhecimento da bagagem cultural, de modo que vinculem aquilo que estão aprendendo em sala de aula às suas experiências sociais, contribuindo para a sua formação com vistas ao exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARRETA, Clarissa; SILVA, Priscila Juliana; MONTEIRO JUNIOR, Luiz Álvaro. O uso de metodologias ativas no programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Revista EJA em debate**, ano 8, n.14, jul/dez, 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.
- BRASIL. **Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.
- BRASIL. **Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Diário Oficial da União, 2019.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
- BRASIL. **Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 14 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.632, de 06 de março de 2018.** Altera a Lei 9.394/96 para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13632-6-marco-2018-786231-publicacaooriginal-154957-pl.html> > Acesso em: 26/10/2021.

BRASIL. **Parecer n.11, de 10 de maio de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. **Resolução n.1, de 5 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. **Resolução n.2, de 19 de maio de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **Resolução n. 3, de 15 de junho de 2010.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **Resolução n. 3, de 13 de maio de 2016.** Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. **Resolução n. 4, de 30 de maio de 2016.** Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

CATELLI JUNIOR, Roberto. O não-lugar da Educação de Jovens e Adultos na BNCC. Educação é a Base? 23 Educadores Discutem a BNCC. 2019.

CURRÍCULO. **Dicionário online Dicio.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/curriculo/> Acesso em: mar. de 2021.

CORTANA, Silvana. **Educação de Jovens e Adultos e seus diferentes contextos:** formação de professores. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2013.

FICAGNA, Roselaine Casagrande. **O projeto político pedagógico e sua importância em uma gestão democrática.** Constantina – RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. Reflexões sobre a educação de jovens e adultos: contradições e possibilidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 34–43, 2016.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; GAZOLI, Daniela Gobbo Donaton. Afetividade no processo de alfabetização de jovens e adultos. **Eja Em Debate**, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012.

NEPOMUCENO, Marcia de Souza Leite. **Motivação e Desempenho Acadêmico entre alunos do primeiro ciclo de educação de jovens e adultos**. São Paulo-SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

SANTOS, Julia Gabrieli Schmidt. **O projeto político pedagógico como ferramenta da gestão escolar democrática**. Três Passos-RS: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SANTOS, Juliana Silva dos. PEREIRA, Marcos Villela. Educação de Jovens e Adultos: um currículo de demanda atenção. In: Congresso Nacional de Educação, nº 13, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017.

SANTOS, Juliana Silva dos; PEREIRA, Marcos Villela; AMORIM, Antonio. Os sujeitos estudantes da EJA: um olhar para a diversidade. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 01, n. 01, p. 122-135, jan./jun. 2018.

SILVA, Francisca Veridiana da. **Uma breve discussão sobre quem são sujeitos da EJA e quais suas expectativas em sala de aula**. João Pessoa-PB: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

TRINDADE, Lessandra Maria da et al. Projeto Político Pedagógico: a gestão e a função social da escola para a comunidade. **Revista Científica Semana Acadêmica**, n.69, v.1, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 14, 19, 20, 22, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 75, 77, 81, 82, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 188, 190, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Arte 95, 98, 127, 144, 145, 148, 152, 153, 159, 163

Atuação profissional 26, 30, 139, 141

(Auto)formação 86, 88, 89, 91, 92, 94, 95

Avaliação 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 62, 63, 64, 83, 98, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 116, 118, 135, 137, 138, 143, 169, 171, 172, 183, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221

B

Bibliotecários 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Bibliotecas 30, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Biomimetismo 187

C

Capacitação 71, 114, 133, 135, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 224

Colonialidade do saber 44, 48, 49, 50, 51

Concepções 12, 13, 16, 17, 19, 20, 22, 34, 35, 50, 55, 56, 57, 64, 71, 85, 113, 138, 142, 143, 144, 198, 217

Construtivismo 107, 187, 189

Currículo 1, 2, 9, 11, 15, 24, 25, 34, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 54, 63, 64, 66, 67, 87, 96, 97, 102, 105, 106, 107, 108, 139, 169, 171, 187, 189

Curso de Pedagogia 1, 4, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 140

D

Democracia 14, 18, 19, 22, 163, 210, 215, 217

Desenho 82, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 95, 97, 99, 105, 106,

107, 108, 110, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 178, 179, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 199, 204, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 231, 233, 236, 237, 238, 239

Educação de jovens e adultos 26, 56, 57, 58, 65, 66, 67

Educação inclusiva 59, 164, 165, 172

Educação infantil 9, 14, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 75, 77, 79, 80, 84, 111, 150

Educação superior 3, 4, 23, 44, 105, 178, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222

Emancipação 44, 49, 58, 129, 217, 220, 221

Ensino 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 44, 46, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 154, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Ensino-aprendizagem 31, 32, 34, 37, 64, 96, 99, 124, 127, 133, 134, 136, 139, 141, 143, 188, 223, 224, 233, 236, 238

Ensino de Biologia 187, 190

Ensino de Filosofia 44, 50

Ensino híbrido 115, 136, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

Ensino remoto 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 129, 134, 167, 191, 204, 207

Ensino superior 2, 6, 7, 8, 9, 11, 18, 22, 26, 27, 28, 30, 50, 80, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 121, 165, 178, 211, 212, 213, 214, 218, 239

Escolas Municipais 56, 57

Escrita 26, 30, 41, 63, 70, 71, 72, 73, 80, 89, 90, 144, 150, 151, 152, 159, 202, 207

Estágio curricular supervisionado 109, 110, 111, 112, 113, 116, 121, 122, 123

Estudante 27, 37, 45, 71, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 119, 126, 127, 128, 129, 132, 134, 135, 166, 168, 169, 171, 199, 203, 227, 228, 231, 234, 235

Eurocentrismo 44, 46, 49, 50, 53, 54

Experiência 12, 15, 36, 51, 62, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 147, 148, 150, 156, 160, 161, 170, 196, 207, 217, 220, 232, 238

F

Feedback 99, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209

Formação docente 16, 26, 28, 29, 61, 123, 164

Formação profissional 2, 110, 210, 213, 221

G

Gêneros discursivos 68, 69, 70, 71, 72, 73

Google Classroom 114, 115, 118, 120, 124, 125, 126, 132, 136

H

Heterobiografia 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

História da educação 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 108, 139

Histórias de vida 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95

I

Intervenção docente 109, 111, 116, 117

L

Leitura 26, 27, 28, 29, 30, 58, 63, 68, 70, 73, 80, 101, 106, 111, 115, 144, 145, 148, 150, 152, 163, 183, 214, 216

M

Metodologias 26, 61, 64, 65, 96, 98, 99, 100, 119, 121, 124, 129, 139, 140, 142, 165, 172, 174, 185, 198, 224, 237, 238

Métodos 59, 63, 96, 99, 100, 104, 108, 121, 128, 129, 131, 134, 135, 188, 189, 191, 222, 233, 238

N

Narrativas 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 239

Natureza 32, 49, 68, 70, 71, 106, 121, 155, 158, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 217

P

Participação 34, 57, 58, 62, 64, 82, 99, 101, 103, 104, 105, 110, 116, 132, 169, 170, 171, 180, 182, 183, 184, 185, 190, 196, 204, 206, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220, 221, 222

Pedagogia histórico-crítica 81, 154, 155, 158, 159, 162, 163

Pergamum 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Planejamento 32, 33, 40, 42, 61, 62, 83, 108, 111, 113, 114, 117, 120, 125, 135, 138, 139,

140, 141, 142, 143, 156, 168, 170, 198, 222, 223, 229, 230, 235, 237

Prática pedagógica 36, 41, 61, 64, 68, 70, 71, 117, 118, 127, 138, 139, 141, 142

Práticas de leitura 26, 27, 28, 30

Professor 1, 12, 15, 24, 30, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 63, 68, 73, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 113, 117, 119, 123, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 151, 152, 160, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239

Projeto Político-Pedagógico 56, 61

Psicologia histórico-cultural 154, 155, 158, 159, 162, 163

S

Saúde 10, 11, 41, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 125, 130, 137, 178, 182, 204, 205, 207, 208

Sociais 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 28, 29, 33, 38, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 80, 82, 83, 108, 125, 127, 133, 141, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 172, 189, 193, 196, 210, 211, 214, 215, 219, 231

Sustentabilidade 83, 187

T

Tecnologia computacional 109, 113

U


Universidade 1, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 44, 50, 51, 54, 56, 66, 67, 75, 80, 85, 86, 87, 92, 93, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 123, 124, 136, 138, 163, 164, 174, 175, 176, 177, 179, 186, 187, 190, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 220, 238, 239


EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:


Currículo, políticas e práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 